



República Democrática de São Tomé e Príncipe  
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

**PARFIP II**  
**Relatório Trimestral**  
Implementação das Reformas  
da Gestão das Finanças Públicas

**2º Trimestre de 2023**

São Tomé, Agosto de 2023

*GARFIP*



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
(Unidade-Disciplina-Trabalho)  
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Estratégia das Reformas da Gestão das Finanças Públicas

ERGFP

Relatório Trimestral das Reformas  
RTR T2-2023

**PARFIP II**  
**Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II**

São Tomé, Agosto de 2023

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

## Índice

Índice	2
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO EXECUTIVO</b>	<b>6</b>
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano 2023</b>	<b>15</b>
Auto-avaliação a meio-percurso da ERGFP	16
<b>PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas</b>	<b>18</b>
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP	18
B.4. Formação para a implementação das reformas	18
B.5. Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	19
<b>PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas</b>	<b>20</b>
1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado	20
1.2 Previsões macro-fiscais sólidas	21
1.3 QDMP Global	22
<b>PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita</b>	<b>22</b>
2.1 Modelo de gestão com base em resultados	23
2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA	24
2.3 Melhoria da Gestão da Receita	26
2.4 Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe	26
2.6 Auditoria Fiscal	27
2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados	28
<b>PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria</b>	<b>29</b>
3.1 Modernização da Gestão da dívida pública	29
3.2 Tesouraria	30
<b>PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas</b>	<b>31</b>
4.1 Governança Reforçada das EP's	31
<b>PO.5 - Optimização da gestão do Investimento</b>	<b>33</b>
5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado	33
5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada	34

<b>PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna</b>	<b>35</b>
6.2 Controlo de despesas salariais eficiente	35
6.3 Gestão do pessoal melhorado	36
6.4 Estrutura do pessoal racionalizado	38
6.5 Sistema de informação da administração pública funcional	38
6.6 Abrangência da auditoria interna alargada	39
6.7 Sistema de Aquisições e Património melhorado	41
6.8 Sistemas de informação funcionais	41
<b>PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)</b>	<b>43</b>
7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida	43
7.3 Produção atempada de Relatórios	44
<b>PO.8 -Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa</b>	<b>45</b>
8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada	45
8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	47
8.3 Cobertura da auditoria aumentada	47
8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada	48
8.5 Escrutínio das OSC's funcional	48
<b>III. PARFIP II –Execução do Orçamento – T2 de 2023</b>	<b>49</b>
<b>IV. Próximos passos</b>	<b>52</b>
<b>Notas de Rodapé</b>	<b>54</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
AN	Assembleia Nacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
CUT	Conta Única do Tesouro
DAF	Direcção Administrativa e Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DT	Direcção de Tesouro
DUE	Delegação da União da Europeia
DUCE	Documento Único de Cobrança do Estado
EPs	Empresas Públicas
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GUCE	Guiché Único para Comércio Externo
IGF	Inspecção-Geral das Finanças
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MPFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
OCAM	Plano de Contas
OGE	Orçamento Geral do Estado

OSC	Organizações da Sociedade Civil
OTOCA	Ordem de Técnicos Oficiais de Contas e Auditores
PAGEF	Projecto de Apoio a Gestão Económica e Financeira
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II
PEFA	Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
RAP	Região Autónoma do Príncipe
REOs	Relatórios Orçamentais
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado – electrónico
SIGESA	Software/Sistema de Processamento de Salário
SISA	Sistema de Gestão de Ajudas
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro-Fiscal

## RESUMO EXECUTIVO

### Fundamentação

A fim de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP) para o período 2020-2023, para reforçar a implementação da disciplina fiscal agregada, alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços, na qual irá estender-se o período até 2024, como o impacto negativo do COVID-19, que impactou a consecução dos objectivos desta estratégia e que, por sua vez, atrasou a sua avaliação de meio percurso em final de 2021, tendo sido realizada no primeiro semestre de 2023. Os resultados desta avaliação demonstram igual a necessidade de actualização do PARFIP II e o período da vigência tendo em conta que a concepção da reforma permanece relevante e válida para as necessidades do actual Governo e a estratégia requer algumas modificações e actualização.

A ERGFP foi estruturada em torno de 8 Objectivos Específicos e 8 Programas Operacionais e é realizada pela implementação do Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

### Contexto económico

A economia de São Tomé e Príncipe enfrenta sérios desafios e depara-se com grandes desequilíbrios, um crescimento lento e uma inflação elevada.

A inflação como medida pelo Índice de Preços no Consumidor atingiu o valor de 8,84% e o IPC registou uma variação de 1,41% de Maio a Junho de 2023, uma aceleração de 0,46 pontos percentuais, ao passo que, em termos homólogos (Junho 2022 a Junho 2023).

As finanças públicas são impactadas pelo elevado custo da prestação de serviços públicos devido à falta de escala no fornecimento de bens públicos, agravado pela baixa mobilização de receitas internas e pelo declínio do financiamento externo.

### Implementação das Reformas de GFP

As acções constantes do Plano de Actividades do PARFIP II, para o 2º trimestre de 2023, na sua maioria não foram implementadas, com a excepção das que foram iniciadas no trimestre anterior e para as quais existem financiamento disponível e/ou Assistência Técnica, bem como as relacionadas com as actividades dos Ganhos Rápidos.

Assim, as acções executadas do Plano de Actividades do PARFIP II para 2º trimestre de 2023 foram, no geral, implementadas a um ritmo inferior ao desejado.

Os avanços das actividades do PARFIP II, visando um melhor desempenho da GFP em STP, estão resumidos no quadro seguinte, por componente dos programas operacionais (PO):

**Quadro 1. Progresso do Plano de Actividades do PARFIP II (T2 -2023)**

<b>Conforme previsto</b>	<b>Atraso</b>
1. Processo de elaboração do orçamento melhorado (PO.1.1)	1. Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico (PO.2.1.6) e Revisão do estatuto orgânico da DGA (PO.2.1.7)
2. Projecções macro-económicas (PO.1.2)	2. Volume de atrasados conhecidos e controlados (PO.2.7)
3. Modelo de gestão com base em resultados (PO.2.1.4)	3. Integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1)
4. Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA (PO.2.2)	4. Sistema de informação da administração pública funcional (PO.6.5)
5. Implementação do regime de facturação obrigatória (PO.2.3.1)	5. Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho (PO.6.4.1)
6. Reforço dos valores aduaneiros, capacitação e evolução dos recursos humanos (PO.2.4.1)	6. Aquisição de equipamento informáticos, de comunicação e de segurança (PO.6.8.2.3)
7. Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (PO.2.4)	7. Produção atempada de Relatórios (PO.7.3)
8. Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC) (PO.6.6.5)	
9. Sistema de Aquisições e Património melhorado (PO.6.7)	
10. Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014) (PO.7.2.3)	
11. Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho (PO.8.1.3.2)	
12. Reforço da Comunicação do TC (PO.8.1.3.3)	

13. Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais (PO.8.2)	
14. Escrutínio das OSCs funcional (PO.8.5)	
<b>Atraso menor</b>	<b>Atraso substancial</b>
1. Auditoria Fiscal (PO.2.6)	1. QDMP Global (PO.1.3)
2. Modernização da Gestão da dívida pública (PO.3.1)	2. Sistema de Gestão da Tesouraria (PO.3.2)
3. Controlo de despesas salariais eficiente (PO.6.2)	3. Governança Reforçada das EPs (PO.4)
4. Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento (PO.7.2.6)	4. Optimização da gestão do Investimento (PO.5)
5. Análise e Parecer sobre a CGE (PO.8.4.5)	5. Gestão do pessoal melhorado (PO.6.3)
	6. Estrutura do pessoal racionalizado (PO.6.4)
	7. Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental (PO.6.8.1)
	8. Normas de Contabilidade Modernizadas (PO.7.2.1)
	9. Produção de colectâneas de legislação e manuais de procedimento (PO.8.1.4)
	10. Parecer sobre as CGEs (PO.8.3.4)

### **Avaliação a meio - percurso da ERGFP**

Sob a coordenação do GARFIP (a direcção do MPFEA, encarregue da coordenação da implementação, da monitorização e da reorientação das reformas GFP) deu-se a continuação à avaliação a meio-percurso da implementação da ERGFP, iniciada no primeiro trimestre de 2023, tendo-se apurado os seguintes resultados finais:

- A execução dos programas previstos na ERGFP permitiu alcançar melhorias na classificação de 10 dos 31 indicadores da metodologia PEFA, entre 2019 e 2023;
- A concepção da reforma permanece relevante e válida para as necessidades de STP, mas a ERGFP requer algumas modificações e actualizações para aumentar a sua relevância;

- Em consequência, algumas das actividades estratégicas poderiam beneficiar de novos aperfeiçoamentos para reflectir, com precisão, o âmbito pretendido das reformas e deve-se, de forma global, alinhar os eixos da estratégia às novas prioridades do XVIII Governo constitucional.

Neste quadro, torna-se necessário estender o prazo de execução da ERGFP para além de 2023, tendo S.E. o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) dado instruções para que durante o último trimestre do ano de 2023 se proceda à actualização do PARFIP II e se prorrogue o seu prazo de execução até o fim do ano 2026.

### **Coordenação e Monitorização das Reformas GFP.**

Durante este trimestre, o GARFIP para além das suas actividades de rotina:

- Elaborou o Relatório Trimestral das Reformas (RTR T1-2023)
- Concluiu o Relatório de Auto-avaliação ao meio – percurso da GFP

### **Factores de sucesso**

Durante o T2-2023, a implementação das reformas GFP foi impactada por vários factores de sucesso, e desafios tais como:

1. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PFs e dos técnicos do Governo da área da GFP;
2. Fortalecimento institucional sólido para a implementação e a monitoria das reformas, com a coordenação do GARFIP, a participação activa e a formação dos PFs;
3. Criação e funcionamento regular e satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicas;
4. Apoio pró-activo da assistência técnica GFP da DUE ao GARFIP.

### **Origem dos desafios:**

1. Atrasos na formalização de vários instrumentos como leis, despachos e orgânicas pelo Governo;
2. Progressos lentos no processo de actualização e/ou de substituição do SAFE-e;
3. Processos mais longos para a actualização da Lei SAFE;
4. Recursos limitados do Estado e dos parceiros para financiar as reformas prioritárias do PARFIP II;

5. Informação muito limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos, impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo e a realização de planos de actividades e orçamentos plurianuais das reformas da GFP fiáveis.

### **Perspectivas das Reformas GFP**

As acções planeadas para o ano 2023 estão concentradas nas iniciadas no ano 2022 e que de momento dispõem de financiamento e ou assistência técnica previstos procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades, em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano.

Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuará a implementação dos “*Ganhos Rápidos*” e identificará e ampliará outros nas direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

### **Principais Recomendações**

A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e a consecução dos objectivos da ERGFP, prevê-se continuar a executar as recomendações provenientes do Relatório do Trimestre anterior, a saber:

- a) Criar as condições técnicas para a substituição do sistema electrónico SAFE-e e, concomitantemente;
- b) Iniciar os trabalhos de actualização da Lei SAFE;
- c) Continuar com a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as várias direcções do Governo e as Instituições relacionadas com a GFP;
- d) Executar, pela DCP e GARFIP, com o apoio da AT da UE, em Setembro de 2023, 2 acções de formação destinada às Câmaras Distritais e à RAP com vista a melhoria da qualidade da prestação de contas, trimestral e anual, destas entidades, de forma atempada;
- e) Elaborar os relatórios anuais sobre o desempenho do sector empresarial do Estado, no quadro das responsabilidades da DT relativas à melhoria da governança das EP’s.
- f) Apoiar a equipa da assessoria jurídica do MPFEA, para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente

- g) Continuar a capacitação satisfatória dos funcionários envolvidos na GFP, incluindo os funcionários do GARFIP.

\_\_\_\_\_//\_\_\_\_\_

## I. INTRODUÇÃO

### Fundamentação e Objectivo

Com o intuito de melhorar a eficiência da Gestão das Finanças Públicas (GFP) em STP, o Governo de São Tomé e Príncipe desenvolveu uma Estratégia de Reforma da GFP (ERGFP) para o período 2020-2023.

A ERGFP foi estruturada em torno de 8 Objectivos Específicos e 8 Programas Operacionais e é operacionalizada pela implementação do Plano de Acção de Reforma das Finanças Públicas II (PARFIP II).

O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 2º trimestre do ano de 2023, ou seja, de Abril a Junho de 2023.

### Contexto Económico

A economia de São Tomé e Príncipe enfrenta sérios desafios e depara-se com grandes desequilíbrios, um crescimento lento e uma inflação elevada, pois as vulnerabilidades socioeconómicas de longa data devido à elevada pobreza (taxa de pobreza de 15,6% a 2,15 dólares por dia), desigualdade de rendimentos (índice de Gini de 40,7), e a falta de oportunidades de emprego<sup>i</sup>.

Situação essa agravada pela pandemia da Covid-19, persistentes faltas de energia, as enxurradas no final de 2021 e no início de 2022, e uma forte subida dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis a nível mundial causada pela recente Guerra da Ucrânia<sup>ii</sup>.

O ambiente empresarial é dificultado por infra-estruturas subdesenvolvidas, particularmente electricidade onerosa e pouco fiável, e instituições frágeis. As finanças públicas estão sobrecarregadas com o elevado custo da prestação de serviços públicos devido à falta de escala no fornecimento de bens públicos, agravado pela baixa mobilização de receitas internas e pelo declínio do financiamento externo<sup>iii</sup>.

A inflação como medida pelo Índice de Preços no Consumidor atingiu o valor de 8,84%. O IPC registou uma variação de 1,41% de Maio a Junho de 2023, uma aceleração de 0,46 pontos percentuais, ao passo que, em termos homólogos (Junho 2022 a Junho 2023), regista-se uma aceleração na variação actual de 0,57 pontos percentuais<sup>iv</sup>.

Perspectiva-se o aumento de mobilização de recursos internos com a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a 1 de Junho do corrente ano, bem como a continuidade de controlo das despesas públicas com vista a consolidação orçamental e fiscal como um dos objectivos macroeconómicos do Governo, no quadro de reformas das finanças Públicas.

### Estratégia das reformas da gestão das finanças públicas

A ERGFP encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



**Ritmo de implementação.** Consta-se, no 2º trimestre de 2023, uma continuação da diminuição do ritmo de implementação das actividades das Reformas, pelo impacto da

tardia aprovação do OGE, limitando assim os recursos internos e externos para o financiamento das reformas.

### **Coordenação e Monitorização das Reformas GFP**

No quadro da implementação da ERGFP, o GARFIP é a direcção dentro do MPFEA, encarregada pela coordenação da implementação, da monitorização e da reorientação das reformas GFP.

### **Estrutura do relatório**

O relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2023, estando o documento estruturado em quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no 2º trimestre do ano 2023**, no quadro da implementação da avaliação a meio-percurso e seus resultados, dos Programas operacionais, alinhados aos oito objectivos, e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta, na medida das restrições de informação, a **execução financeira do T2-2023** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

## II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 2º Trimestre do Ano 2023

As acções previstas no Plano de Actividades para o 2º trimestre do ano 2023 do PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP), tiveram um ritmo de execução mais lento de que o inicialmente previsto devido ao impacto da tardia aprovação do OGE, limitando assim as disponibilidades de recursos internos e sobretudo externos para o financiamento das reformas. O OGE deu entrada na Assembleia Nacional a 07 de Abril, foi submetido a parecer das diferentes comissões instituídas para o efeito, tendo sido, após esta fase, encaminhado à plenária para discussão e aprovação na generalidade e especialidade, nos dias 23 a 26 de Maio. O OGE foi aprovado pela Assembleia no dia 05 de Junho e a referida lei foi enviada para Presidência da República, para efeitos de análise e promulgação, a 16 de Junho, tendo vindo a ser publicada no dia 19 de Junho do ano corrente.

Em geral, as acções planeadas para o trimestre estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades, financiadas pelos parceiros, não têm impacto imediato na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuou a ampliação do Piloto com a DO para ter “Ganhos Rápidos” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

A implementação e a monitoria e avaliação das actividades estão ancoradas na estrutura organizacional prevista na ERGFP, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PFs) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional, no Tribunal de Contas, com o apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a interacção entre os PF's e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação e a auscultação do ritmo de implementação do PARFIP II, possibilitando a reorientação da implementação do PARFIP II.

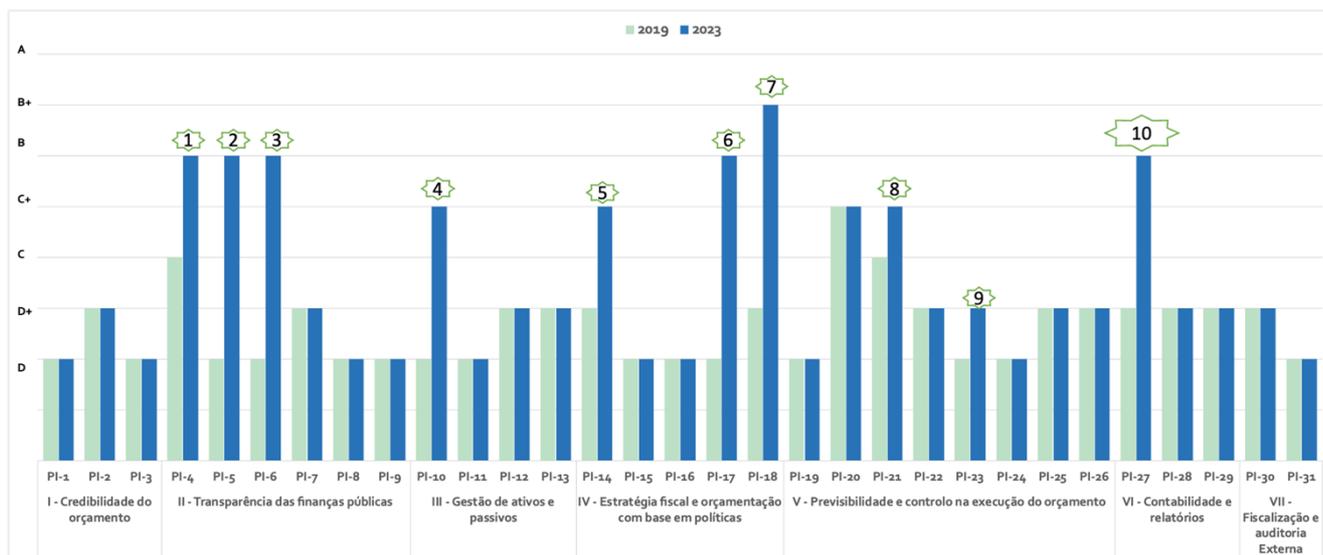
### Auto-avaliação a meio-percurso da ERGFP

Finalizou-se a auto-avaliação a meio-percurso tendo-se confirmado as principais conclusões anteriormente retidas, quais sejam:

- A concepção da reforma permanece relevante e válida para as necessidades de STP, mas a ERGFP requer algumas modificações e actualizações para aumentar a sua relevância;
- Em consequência, algumas das actividades estratégicas poderiam beneficiar de novos aperfeiçoamentos para reflectir, com precisão, o âmbito pretendido das reformas e deve-se, de forma global, alinhar os eixos da estratégia às novas prioridades do XVIII Governo constitucional.

Em relação à evolução positiva na classificação dos indicadores PEFA, já registada no trimestre anterior, os resultados finais da avaliação apontam para uma melhoria da classificação em 10 indicadores PEFA, relativamente ao ano de 2019, conforme de pode verificar do gráfico infra:

Gráfico 1: Melhorias na GFP, identificadas pelos Indicadores do PEFA



**Principais melhorias identificadas.** No quadro desta auto-avaliação PEFA, as principais melhorias identificadas são as seguintes:

**Melhorias ao nível dos Indicadores**

PI-4 :	Classificação do orçamento
PI-5 :	Documentação do orçamento
PI-6 :	Operações do governo central não contabilizadas nos relatórios financeiros
PI-10 :	Relatórios de risco fiscal
PI-14 :	Previsão macroeconómica e fiscal
PI-17 :	Processo de preparação do orçamento
PI-18 :	Escrutínio legislativo do orçamento
PI-21 :	Previsibilidade da alocação de recursos no ano
PI-23 :	Controlos da folha de pagamento
PI-27 :	Integridade dos dados financeiros

**Para a consolidação dos ganhos obtidos até agora e criar as condições para que as reformas sejam sustentáveis é necessário, para além de reforçar o comprometimento e o engajamento de todos, actualizar o PARFIP II.** Assim, para além do forte engajamento dos pontos focais (PFs), dos dirigentes das instituições intervenientes nas reformas, que permitiu alcançar os resultados acima mencionados, torna-se necessário actualizar o PARFIP II, para reflectir a situação actual, nomeadamente as opções de política do XVIII Governo Constitucional e estender o prazo de execução da ERGFP para 2026.

## **PO.B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas**

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indirectos consideráveis na implementação com êxito e na monitorização dos demais programas operacionais. Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas, foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

### ***B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP***

#### ***B.1.2 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.***

Continua a ser necessário dotar o GARFIP de um jurista que permita acompanhar e apoiar o processo de elaboração e aprovação das novas leis, decretos e circulares na área da GFP.

### ***B.4. Formação para a implementação das reformas***

#### ***B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II***

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua com o apoio e capacitação à equipa do GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, prestando um serviço de excelência, através de constantes orientações e coordenações na implementação das reformas da GFP, bem como na execução das actividades em curso do PARFIP II.

Durante o segundo trimestre a AT continuou os trabalhos de auto-avaliação a meio-percurso, tendo igualmente, em conjunto com a DCP e o GARFIP, realizada visitas de estudo às Câmaras Distritais para aferir sobre os sistemas em funcionamento de suporte à prestação de contas atempada, bem como a estrutura organizacional do quadro do

peçoal; Encontros com diversas direcções afectas às reformas para inteirar sobre o ponto de situação das actividades em curso para melhoria das GFP.

### ***B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II***

#### ***B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades***

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PFs, continuou em um ritmo mais lento durante o trimestre, pelo facto da tardia aprovação do OGE 2023, bem como a falta de financiamentos dos parceiros externos.

Deste modo, espera-se, posteriormente, uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

## PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atrasado
Produto 2	Projeções macro-económicas	Conforme previsto
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	Conforme previsto

### 1.1 Processo de elaboração do orçamento melhorado

#### 1.1.7 Capacitação e elaboração do orçamento cidadão

##### Situação actual

No trimestre, a DO, como vem vindo a fazer desde 2022, elaborou e publicou, em Abril, no site do MPFEA, um resumo da proposta de orçamento, tendo de seguida publicado, em Maio, o Orçamento Cidadão para o ano 2023, que é uma cópia fiel do OGE, mas mais sucinta, objectiva e acessível ao cidadão comum.

##### Perspectivas

Publicar no 4º trimestre de 2023, o resumo da proposta de orçamento e o Orçamento Cidadão para o ano 2024.

#### *1.1.10. Integração dos marcadores de género no orçamento*

##### **Situação actual**

Uma vez mais os marcadores de género foram introduzidos no OGE 2023 para os sectores de Água e Saneamento, Ministério da Educação, Cultura e Ciências, Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais e Ministério dos Direitos da Mulher.

##### **Perspectivas**

Estender, no orçamento para o ano 2024, a introdução dos marcadores de género para mais sectores para além dos 4 contemplados no OGE 2023.

### **1.2 Previsões macro-fiscais sólidas**

#### *1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional*

##### **Situação actual**

Com o objectivo de melhorar as capacidades dos técnicos da Unidade Macro Fiscal (UMF) esteve no país entre os dias 03 a 14 de Junho do corrente ano, a missão de Assistência Técnica do *AFRITAC Centro*, tendo sido realizados várias sessões de trabalho e de capacitação dos técnicos da UMF.

A missão teve encontros de trabalho com diferentes direcções do Ministério de Planeamento e Finanças e Economia Azul para identificar as necessidades de assistência técnica destas instituições visando a preparação do próximo Programa de Assistência Técnica do *AFRITAC* para período de 2024-2026.

##### **Perspectivas**

Está previsto para o mês de Agosto a vinda da equipa dos consultores para a realização de exercícios de cenários e simulações dos impactos de mudanças das variáveis macroeconómicas nos resultados das projecções macro-fiscais, e a realização de exercícios de simulações das projecções das receitas fiscais.

#### *1.2.2 Produtos macro-fiscais*

##### *1.2.2.2 Projecções Macro-Económicas e riscos fiscais*

##### **Situação actual**

Em Junho do corrente ano, a equipa técnica da UMF realizou encontros de trabalho para revisão das projecções macro-fiscais do ano de 2023-2025 e discutiu os resultados das projecções com missão de Assistência Técnica do *AFRITAC Centro* que esteve recentemente no país.

Foi concluído e publicado o Relatório de Riscos Fiscais para 2023 no site do MPFEA.

#### **Perspectivas**

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o horizonte 2024-2026 estão previstas para o mês de Agosto de 2023.

Entretanto, deu-se o início ao arranque dos trabalhos de actualização do relatório de Riscos Fiscais para 2024 e elaboração do Relatório de Execução Fiscal do I Trimestre de 2023.

#### ***1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal***

##### **Situação actual**

A versão preliminar do relatório de Estratégia Fiscal foi elaborada com apoio da equipa da Assistência Técnica da AFRITAC.

#### **Perspectivas**

A conclusão do relatório de Estratégia Fiscal está prevista para o mês de Outubro.

### ***1.3 QDMP Global***

#### ***1.3.4 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN***

##### **Situação actual**

A actualização dos Quadros de Despesas Sectoriais de Médio Prazo para o período de 2024-2026 está dependente da elaboração do novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2024-2028

#### **Perspectivas**

Perspectiva-se: Aprovação do quadro legal para a elaboração, implementação e avaliação do QDMP pelo Conselho de Ministros e iniciar a integração piloto dos programas do QDMP dos Ministérios de Saúde, Educação, Agricultura e Pescas no processo orçamental.

## **PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita**

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão de receita.

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Mobilização de recursos reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	Atraso menor
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	Atraso menor

Desde o início do PARFIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com algum atraso em relação com as actividades inicialmente previstas, o que não permitiu a obtenção de produtos previstos conforme o quadro acima apresentado deste Programa Operacional, que é o aumento do nível de recursos internos através da introdução de novos impostos como por exemplo do Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA).

Durante o período, para a consecução destes produtos foram executadas um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

## 2.1 Modelo de gestão com base em resultados

### 2.1.4 Elaboração e adopção de um modelo de Gestão com foco em resultados

Perspectivas

Os trabalhos de elaboração do plano estratégico plurianual 2023-2025, só terão início no 4º trimestre de 2023.

### 2.1.6 Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico

Situação actual

Não houve evolução.

#### Perspectivas

Prevê-se que o estatuto seja aprovado no decurso do 4º trimestre de 2023.

### *2.1.7 Revisão do estatuto orgânico da DGA*

#### **Situação Actual**

Tendo em conta às prioridades, a orgânica da direcção foi adiada e está em curso a actualização da Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação, adiante designada por Pauta Aduaneira, que corresponde a versão de 2022 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias, incluindo as Instruções Preliminares da Pauta (IPP).

A reorganização dos serviços e rotatividade constitui método de auto avaliação dos sectores aduaneiros, igualmente a forma de imprimir nova dinâmica nos sectores e sobretudo a melhoria da performance na arrecadação das receitas.

#### **Perspectivas**

Todavia perspectiva-se a adopção de novos procedimentos nos casos de mercadorias nacionais, nacionalizadas e importadas cujos destinos são para Região Autónoma de Príncipe no intuito de facilitar as trocas comerciais entre as duas Ilhas e redução dos custos no processo de desalfandegamento

Perspectiva-se ainda no terceiro trimestre retomar o processo de revisão do Estatuto Orgânico da Direcção das Alfândegas.

## **2.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado IVA**

### *2.2.1 Plano de Implementação do IVA*

#### **Situação Actual**

Os normativos sobre a aprovação dos modelos electrónicos das declarações do IVA, a instituição da obrigatoriedade do envio da declaração do IVA por transmissão electrónica de dados, a criação da Caixa de Correio Electrónico Fiscal e a alteração do Plano OCAM estão elaborados, já foram aprovados pelo Ministro da tutela e publicado no Diário da República: Decreto-Lei n.º 04/2023, que procede ao Aditamento de Contas, Subcontas e Desdobramentos de Subcontas ao Plano OCAM de Contabilidade Geral das Empresas e das Obrigações na Matéria Contabilística, adoptado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, para Escrituração das Operações do IVA; Decreto n.º 20/2023, que cria o Documento Único de Cobrança do Estado (DUCE); e o Decreto n.º 21/2023, que institui o Regime de Notificações e Comunicações Electrónicas Fiscais”.

Assim, foi arrecadado nesse primeiro mês (Junho) um montante aproximado de 16 milhões de Dobras

#### Perspectivas

Com a entrada do IVA, em vigor desde o passado dia 1 de Junho do corrente ano, espera-se uma melhoria de receitas tributárias, durante o ano.

#### *2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA*

##### Situação actual

Durante o 2º trimestre foi testado o Sistema de Informação Tributária do IVA (SIT-IVA) “ teste sincronizado de princípio ao fim” pelos técnicos da D.I. O sistema entrou em produção a 1 de Junho de 2023, tendo os contribuintes sido notificados para fazerem a sua inscrição da declaração do início da Actividade.

#### Perspectivas

Continuidade do funcionamento do SIT-IVA, tendo o NOSI assumido a manutenção do mesmo por um período de 1 (um) ano.

#### *2.2.8 Formação*

##### Situação actual

Neste 2º trimestre foram efectuados workshops sobre a implementação do IVA, e sobre a utilização do manual do IVA, ministrados por uma consultora externa, no quadro do financiamento do Banco Mundial através da AFAP.

#### Perspectivas

Perspectiva-se consolidar os conhecimentos adquiridos nas formações ministradas ao longo do ano 2022 e nos 1 e 2º trimestres do ano do presente ano, mediante revisão dos conteúdos ministrados, uma vez que foram disponibilizados slides, links e outras ferramentas que permitem aceder a esses conteúdos. Outras eventuais formações estão definidas no plano de formação que constituirá como anexo ao plano de actividades de 2023 já elaborado, que se centram sobre o IVA.

#### *2.2.9 Implementação do plano de Comunicação*

##### Situação actual

Deu-se continuidade de maneira regular à actualização das informações disponíveis no website da DI e à divulgação de informação relevante de carácter fiscal nos ecrãs disponíveis na DI e através dos meios de comunicação social (rádio e televisão), com a passagem de spots publicitários sobre o IVA e na página do *Facebook* da DI.

#### Perspectivas

Prevê-se manter a passagem de spots publicitários sobre obrigações fiscais periódicas e sobre o sistema de facturação electrónica e spots sobre o IVA.

### **2.3 Melhoria da Gestão da Receita**

Com a implementação do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) e igualmente o Imposto Especial sobre Consumo (IEC) na Importação, bem como o reforço do pessoal na área de Piquete, ou seja, o despacho simplificado nos armazéns, a DGA pretende que as receitas aduaneiras registem uma melhoria.

#### **2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória**

##### Situação Actual

Continua em curso o processo de consolidação do *e-factura*. Foram efectuadas visitas aos sujeitos passivos do regime normal do IVA com o objectivo de informar sobre a necessidade de consolidação do processo de adesão dos mesmos ao *e-factura*.

##### Perspectivas

Como resultado das visitas que têm sido feitas pela DI a certos e determinados contribuintes, durante os próximos meses espera-se o aumento da adesão ao *e-factura*, sobretudo por parte dos sujeitos passivos do IVA, na sequência da implementação efectiva deste imposto.

#### **2.3.5 Upgrade do Sistema de Gestão dos Impostos**

##### Situação Actual

A hipótese de financiamento desta actividade será avaliada no quadro do próximo projecto do BAD, caso haja disponibilidade financeira para o efeito.

### **2.4 Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo de São Tomé e Príncipe**

A nova administração aduaneira tem trabalhado nas melhorias dos procedimentos e actualização do acervo legislativos de toda administração aduaneiras como definiu no seu de Plano de Actividade para exercício de Gestão 2023 e sobretudo para Modernização das Alfândegas e do Sector do Comércio Externo e a aposta na capacitação e formação para os técnicos aduaneiros.

#### *2.4.1. Reforço dos valores aduaneiros, capacitação e evolução dos recursos humanos*

##### *2.4.1.1 Capacitação e Formação*

###### **Situação actual**

Relativamente a capacitação e formação neste segundo trimestre realizaram-se formações externas no âmbito do encontro de trabalho das administrações aduaneiras da CPLP em Moçambique, de 01 a 07 de Junho, aonde abordou-se temas relativos às barreiras tarifárias e não tarifárias, sendo a DGA representada pela Directora Adjunta.

Ainda no âmbito de missão no exterior realizou-se um encontro de Grupo de Trabalho dos Técnicos da CPLP sobre Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias, em Cabo Verde, de 07 a 11 de Junho, em que participaram o Director Geral das Alfândegas e uma técnica superior.

#### *2.4.5 Reforço da excelência, objectiva, transparência e da capacidade de modernização*

##### *2.4.5.2 Melhoria das políticas de comunicação e divulgação dos procedimentos e resultados da actividade aduaneira*

###### **Situação actual**

No âmbito do Comité de Facilitação de Comercio cuja Presidência está sob égide da Administração Aduaneira realizaram-se duas (2) reuniões, nos meses de Maio e Junho, com todas as entidades que fazem parte do Guiché Único para Comércio Externo (GUCE), onde abordou-se questões de procedimentos e obstáculos ao comércio, bem como questões inerentes a organização e o funcionamento do próprio Comité.

###### **Perspectivas**

Perspectiva-se a criação de um portal do Comércio Externo, o qual congregará todos os processos aduaneiros do comércio externo. Esta actividade realizar-se-á no próximo trimestre e será financiada pelo PNUD.

## **2.6 Auditoria Fiscal**

### *2.6.2 Estruturação da função de Auditoria*

#### **Situação actual**

As equipas de fiscalização do departamento de Fiscalização e Acção fiscal foram reforçadas com técnicos de outros departamentos e realizaram várias auditorias internas e externas, a maioria delas referentes ao risco.

### *2.6.5.2 Definição do Plano de Acção de auditoria*

#### **Situação actual**

No que concerne a esta temática de controlo aduaneiro na vertente de Auditoria Pós Desalfandegamento, a DGA elaborou, em Junho, o plano de auditoria do presente ano com o objectivo de verificar a conformidade legal do movimento internacional de mercadorias e bens, bem como a necessidade de fazer conciliar a princípio de facilitação do comércio.

#### **Perspectivas**

Prevê-se a finalização do plano durante o terceiro trimestre, na qual terá sua aplicabilidade até o final do ano corrente.

## **2.7 Volume de atrasados conhecidos e controlados**

### *2.7.1 Definição do conceito de atrasado*

#### **Situação actual**

Teve o seu término em finais de Junho o prazo para a regularização excepcional das dívidas fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2022 sobre as Medidas de Carácter Excepcional de Incentivo ao Pagamento de Dívidas Fiscais em Atraso, tendo muitos contribuintes solicitado o pagamento de dívidas em atraso no valor 30.493.062,87 (Trinta milhões, quatrocentos e noventa e três mil, sessenta e duas dobras, oitenta e sete cêntimos), tendo sido arrecadados, até ao momento, um montante total de 15.923.273,63 STN, representando 52,22% desta cifra.

#### **Perspectivas:**

Espera-se que num futuro mais próximo, a DI, após a análise e saneamento das dívidas existentes na sua base de dados, com o objectivo de definir o stock das dívidas, estruturando-as em cobráveis e incobráveis, será possível alcançar uma maior cobrança.

### PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objectivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Pendente
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Em execução
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

#### 3.1 Modernização da Gestão da dívida pública

##### 3.1.2 Melhoria das Operações

###### 3.1.2.1 Emissão e Gestão da Dívida

###### Situação actual

Não houve evolução nesta actividade.

###### Perspectivas

Espera-se que os regulamentos possam ser aprovados durante o ano 2023, a fim de dar cumprimento as acções programadas sobre a gestão da dívida pública no âmbito da reforma das finanças públicas.

## **3.2 Tesouraria**

### *3.2.3 Acordo com os Bancos para saldos e movimentos das Contas*

#### *3.2.3.2 Controlo das Contas da Administração Central*

##### **Situação actual**

Continuou-se a efectuar o controlo das contas da Administração Central e unidades extra-orçamentais, obtendo a posição dos saldos bancários das diferentes entidades e permitindo obter os movimentos de receita e despesas das mesmas.

##### **Perspectivas**

Perspectiva-se a continuidade do controlo das contas e aguarda-se a decisão do Governo em relação as contas bancárias já existentes, atendendo os pressupostos da existência e do funcionamento da CUT.

### *3.2.4 Sistema de Gestão da Tesouraria*

#### *3.2.4.1 Manual e Formação em técnicas de modernização da Gestão da Tesouraria*

##### **Situação actual**

Durante o ano anterior as discussões com BM sobre esta actividade não foram concluídas, entretanto, a DITEI tem acompanhado as actividades do sistema informático e aguarda-se um avanço desta actividade.

##### **Perspectivas**

Perspectivam o avanço desta actividade nos próximos trimestres

#### *3.2.4.4 Ligação electrónica entre SAFE-e e BCSTP*

##### **Situação actual**

Até ao momento actual não houve quaisquer evoluções em relação à esta actividade .

##### **Perspectivas**

Aguarda-se o avanço da actividade nos próximos trimestres.

## PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objectivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Publicas reforçada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso

Neste Programa temos atrasos substanciais na prestação de serviços de AT, para a melhoria da Governança e Seguimento das Empresas Públicas.

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 4.1 Governança Reforçada das EPs

#### 4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

##### Situação actual

Durante o trimestre a DT efectuou comentários aos TdR que lhe foram submetidos para a contratação de uma assistência técnica para implementação das recomendações de auditoria do exercício 2017- 2018 feita a 4 empresas públicas.

##### Perspectivas

Durante o 2º semestre, perspectiva-se a efectivação da supracitada assistência técnica.

#### *4.1.3 Assistência Técnica à equipa de seguimento das EPs*

##### **Situação actual**

A equipa de seguimento das EPs da DT beneficiou do encontro de trabalho com apoio de consultores da Assistência Técnica do GARFIP, no âmbito da elaboração de relatórios consolidados, onde foi nos apresentados um quadro resumo com estrutura de relatórios feitos em diversos países da CPLP. Entretanto é de enfatizar que os elementos actuais da equipa de seguimento das EPs da DT, detém uma ferramenta de verificação de saúde das empresas, mas a sua exploração não tem estado a ser utilizada.

##### **Perspectivas**

Perspectiva-se a activação da ferramenta de verificação de saúde das empresas, para uma melhor apropriação e produção dos relatórios de execução, bem como, no 3º e 4º trimestres a elaboração do relatório do estado das EPs.

## PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *value for Money* dos investimentos públicos, através da criação da infra-estrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Gestão do Investimento Público Melhorada		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Desde o início do PARFIP II, no quadro deste programa tem-se constatado, a nível da execução das actividades, vários atrasos em relação com às actividades inicialmente previstas.

Durante o período, para a consecução dos produtos não foram executadas nenhuma das acções integradas nas componentes.

### 5.1 Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

#### 5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

##### Situação actual

A proposta de lei de Investimentos Públicos e o respectivo regulamento elaborados pela Direcção do Planeamento com apoio da *NDC Partnership*, foi submetida ao Gabinete Jurídico do MPFEA e posteriormente deverão ser apresentados ao Ministro de Tutela para os devidos efeitos.

#### Perspectivas

Espera-se que as propostas sejam validadas e possam, até ao final do ano, serem submetidas para aprovação.

#### *5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEPs) elaborados (RAP e Câmaras)*

##### Perspectivas

Está em curso o processo de elaboração de TDR para a contratação de um jurista para elaboração dos referidos Estatutos Orgânicos.

### **5.2 Qualidade dos projectos de investimento melhorada**

#### *5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projectos*

##### Perspectivas

Prevê-se, após a aprovação da lei e o regulamento do SNIP, a contratação de um consultor que apoiará o processo de disseminação da Metodologia Geral uniformizada/padrão do SNIP, conjuntamente com os técnicos da DP.

#### *5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projectos*

##### Perspectivas

Nos próximos semestres espera-se uma avaliação sectorial do relatório preliminar de Integração de Riscos Climáticos pela Direcção de Planeamento, conjuntamente com os técnicos sectoriais.

#### *5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projectos*

##### Perspectivas

Espera-se internalizar a nível dos sectores as quatro metodologias sectoriais simplificadas para a avaliação económica de projectos de investimento público para a educação, saúde, edifícios públicos administrativos e estradas, elaboradas com financiamento da NDC *Partnership*.

#### *5.2.3.1 Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projectos*

##### Perspectivas

Prevê-se a disseminação deste instrumento e aprimorar a sua utilização técnica junto aos sectores.

## PO.6 - Melhoria da execução orçamental e alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcional o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	Atraso
Produto 2	Controlos Internos	Atraso menor
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	Conforme previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

### 6.2 Controlo de despesas salariais eficiente

#### 6.2.1 Manual de Controlo das Despesas com o pessoal elaborado (SIGESA) e disseminado

##### Situação Actual

Perspectivou-se que, nesse trimestre, os contactos iriam ser feitos para continuidade desta actividade, na sequência do falecimento do proprietário da empresa desenvolvedora, mas não houve nenhum desenvolvimento.

### *6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública*

#### **Situação actual**

A falta de decisão política está na base da não implementação desta actividade, por existir resistências por parte de alguns órgãos autónomos e de soberania em aderir ao sistema SIGESA para elaboração das folhas do salário.

#### **Perspectivas**

Espera-se que esta actividade se venha a concretizar nos próximos tempos.

### *6.2.3 Extensão do sistema de pagamento às DAFs ministeriais e ao Tribunal de Contas (para efeitos de visto)*

#### **Situação actual**

Continua-se à espera de que as condições sejam criadas para que a DITEI possa instalar e configurar a rede para o efeito.

#### **Perspectivas**

Espera-se a materialização desta actividade para que possamos ter insumos para o próximo relatório.

## **6.3 Gestão do pessoal melhorado**

### *6.3.1 Análise funcional das estruturas da AP*

#### **Situação actual**

Foi elaborada e está sendo implementada a Agenda Estratégica para a Modernização da Administração Pública para o período 2023 -2026. Com base na agenda, está em curso o processo de recolha de informações relativamente a todos os funcionários públicos nacionais, cujo objectivo é conhecer quantos são, onde estão inseridos e o cargo que lhes compete.

#### **Perspectivas**

Pretende-se no próximo trimestre, conhecer a real situação dos recursos humanos do Estado Santomense e depois dar outros passos.

### *6.3.3 Manual de Gestão de procedimentos de gestão do pessoal elaborado*

#### **Situação actual**

Sem quaisquer evoluções.

#### **Perspectivas**

Pretende-se em primeiro lugar reestruturar a Direcção Nacional de Administração Pública e posteriormente avançar com a execução dessa actividade.

#### 6.3.4 Definição dos critérios de avaliação de desempenho

##### Situação actual

Esta actividade tem sido anualmente programada, mas infelizmente não tem sido materializada devido à falta de elementos fulcrais para dar início ao processo, a saber: organização principalmente das Direcções Administrativas e Financeiras no que diz respeito a organização dos arquivos e processos individuais, as definições de funções dos trabalhadores, alinhamento dos objectivos dos funcionários com os da organização. Posteriormente dever-se-á criar a comissão nacional da avaliação de desempenho e elaborar um diploma especial para a composição e normas de funcionamento e orgânica da referida comissão, por parte da AP e outras actividades que deverão ser incorporadas para garantir o sucesso dessa implementação.

##### Perspectivas

Dever-se-á continuar as *démarches* para a DNAP, em conjunto com as instituições, reorganizarem os serviços de recursos humanos.

#### 6.3.5 Nomeação dos membros da comissão nacional de avaliação de desempenho

##### Situação actual

Sem evoluções, uma vez esta actividade depender da actividade descrita no ponto acima.

##### Perspectivas

Prevê-se a reorganização das *DAFs*.

#### 6.3.6 Implementação de avaliação de desempenho individual

##### Situação actual

Sem quaisquer evoluções, pois esta actividade depende em primeiro lugar de organização das *DAFs*, e as mesmas, em colaboração com a DNAP, estão em processo de organização.

##### Perspectivas

Espera-se que, a curto prazo, a Direcção Nacional de Administração Pública em conjunto com toda Administração Central do Estado possa efectivamente implementar a avaliação de desempenho a nível nacional.

#### 6.3.7 Capacitação das estruturas

##### Situação actual

Os inspectores foram beneficiados com uma formação *online*, cujo tema foi a “Implementação do IVA”, realizado pela Direcção dos Impostos, bem como 4 (quatro) inspectores foram formados em “Contabilização do IVA” pelo OTOCA.

**Perspectivas:**

Para o próximo trimestre, esperemos que o plano de formação possa ser materializado.

## **6.4 Estrutura do pessoal racionalizado**

### **6.4.1 Actualização dos quadros do pessoal**

**Situação actual**

Está integrado no processo de elaboração do Estatuto Orgânico e o respectivo quadro de pessoal da Direcção Nacional de Administração Pública, que será submetido ao Conselho de Ministro para análise, discussão e possível aprovação.

**Perspectivas**

Pretende-se a curto prazo possuir o quadro de pessoal actualizado.

### **6.4.2 Definição do posto de trabalho e perfis**

**Situação actual**

Sem quaisquer alterações

**Perspectivas**

Aguarda-se a reorganização das DAFs.

## **6.5 Sistema de informação da administração pública funcional**

### **6.5.1 Criação da BD dos funcionários**

**Situação actual**

Actividade retomada em Junho de 2023, foi criada uma equipa na Direcção Nacional de Administração Pública cujo objectivo é executar acções no quadro da **Agenda Estratégica para a Modernização da Administração Pública para o período 2023 - 2026**, cujo um dos eixos principais é implementar a Governação digital na Administração Pública.

**Perspectivas**

Perspectiva-se para o próximo trimestre iniciar a utilização do Sistema de Recursos Humanos do Estado. Nos próximos trimestres, dever-se-á organizar um workshop/formação sobre o sistema de recursos humanos, onde os beneficiários serão os, Directores e os técnicos das DAFs dos Ministérios.

### *6.5.2 Integração com o SIGESA*

#### **Situação actual**

Está em curso uma série de acções para o funcionamento da Base de dados de Administração Pública, que por sua vez culminará com a sua integração com SIGESA.

#### **Perspectivas**

Está programada a realização desta acção para o próximo trimestre.

## *6.6 Abrangência da auditoria interna alargada*

### *6.6.1 Elaboração de um orçamento adequado para a execução dos trabalhos da IGF*

#### **Situação actual**

O orçamento do ano em curso permitiu a implementação do plano de auditoria anual da IGF, conforme detalhado no ponto 6.6.4.2, abaixo.

#### **Perspectivas**

Em fase de elaboração o orçamento do ano 2024.

### *6.6.4 Qualidade das auditorias internas melhorada*

#### *6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho*

#### **Situação actual**

Durante o trimestre a IGF não beneficiou de nenhuma formação programada através do seu plano de formação.

#### **Perspectivas**

Esperemos que alguns parceiros possam financiar as formações, no sentido de melhorar as qualidades das auditorias internas.

#### *6.6.4.2 Actualização do plano de actividades anuais*

#### **Situação actual**

No início do ano 2023, o plano de actividade da IGF contemplava a realização de 9 auditorias, das quais, no final do 2º trimestre, foram concluídos as relativas a:

1. Direcção Administrativa e Financeira do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (DAF de MADRP);
2. Direcção das Pescas do MADRP;
3. Cofre da Direcção Geral dos Registos e Notariado;
4. Cofre Geral da Justiça;

5. Missão Diplomática da RDSTP, acreditada na República do Gabão.

Foram igualmente concluídas as auditorias de 2022 relativas à Direcção Administrativa e Financeira e à Direcção do Ensino, ambas do Ministério de Educação e Ensino Superior.

Estavam em curso 6 auditorias - Área de Saúde de Mé-Zochi; Projecto Quadro Integrado Reforçado (QIR); Direcção da Protecção Social, Solidariedade e Família; Área de Saúde de Água Grande.

**Perspectivas**

Prevê-se ainda iniciar, no decurso do 4º trimestre do ano, 4 auditorias, após a conclusão das auditorias actualmente em curso.

*6.6.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)*

*6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema de informação*

**Situação actual**

Durante o trimestre foram realizadas as seguintes acções: conclusão de sistema de recomendação, conclusão de sistema de repositório e desenvolvimento do site da IGF.

**Perspectivas**

Perspectiva-se para os próximos trimestres, a conclusão do **site da IGF**.

*6.6.5.4 Formação na utilização de sistema*

**Situação actual**

Actividade realizada

*6.6.5.5 Aquisição de duas viaturas para IGF*

*6.6.5.6 Elaboração de novo plano Estratégico da IGF 2023-2026*

*6.6.5.7 Reabilitação/relocação do espaço da IGF*

*6.6.5.8 Aquisição de mobiliários de escritório*

**Situação actual**

Foi elaborado e apresentado o orçamento para estas actividades aos parceiros externos (BAD), no quadro do PAGEF II.

#### Perspectivas

Aguarda-se o feedback dos parceiros e, conseqüentemente, o financiamento para realização das referidas actividades.

### **6.7 Sistema de Aquisições e Património melhorado**

#### *6.7.1.7 Elaboração de plano estratégico e operacional da Contratação Pública.*

##### Situação actual

Pelo facto da existência de algumas incongruências no Termo de Referências para a contratação de consultores para elaboração do Plano Estratégico e Operacional da Contratação Pública, o COSSIL decidiu solicitar ao AFAP o cancelamento do concurso que já decorria os seus trâmites.

##### Perspectivas

Considerando que o COSSIL já providenciou a correcção das referidas incongruências constantes no Termo de Referências, espera-se que a AFAP faça o relançamento do concurso ainda neste ano económico.

### **6.8 Sistemas de informação funcionais**

#### *6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental*

##### *6.8.1.1 Definição de arquitectura do sistema do SAFE-e*

##### *6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental*

##### *6.8.1.3 Melhoria ou um sistema de informação novo para a gestão orçamental - SAFE-e*

##### Situação actual

Acerca do SAFE-e, a situação referida no trimestre anterior permanece, pois não há manifestação de uma solução para nenhuma das opções, (a) fazer um *upgrade* do *SAFE-e*, (b) manter a base de dados e fazer o *upgrade* da camada aplicacional para um outro software, ou (c) desenvolver um novo sistema de informação. Contudo, considerando o estado em que se encontra a aplicação, aguarda-se uma decisão breve.

Quanto a proposta que foi enviada para o Banco Mundial, através da AFAP, para a Intervenção para Correcção de Erros, ainda não tem um feedback.

A DITEI ainda está aguardando o próximo passo do QIR, para dar continuidade ao que ficou definido na criação do cronograma.

#### **Perspectivas**

Considerando a evolução da tecnologia e os problemas que já têm surgido devido a falta deste upgrade do sistema, espera-se uma decisão o mais breve possível do Governo.

Em relação ao SISA, a DITEI espera que QIR consiga ultrapassar todos os obstáculos e que possa retomar o projecto.

#### *6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infra-estruturas tecnológicas*

##### *6.8.2.3 Aquisição de equipamentos informáticos, de comunicação e de segurança*

#### **Situação actual**

Actualmente encontra-se em fase de avaliação das candidaturas do concurso público, financiado pelo BAD, para a aquisição de computadores portáteis para a direcção, que apoiarão na prestação de serviço.

Quanto aos equipamentos de comunicação e de segurança, bem como os equipamentos de refrigeração e banco, e os de videovigilância, desconhece-se o estado actual dos processos de aquisição.

No entanto, no final do trimestre, a DITEI recebeu da Direcção dos Impostos, algumas caixas de baterias que contribuíram para aumentar a capacidade energética dos *UPS* e também a capacidade da DITEI em responder as solicitações.

#### **Perspectivas**

Aguarda-se o engajamento dos financiadores para aquisição dos equipamentos acima referidos, tornando assim a DITEI mais operacional e dinâmica no cumprimento das suas actividades.

## PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Contabilidade e Relato Financeiro fíáveis		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foram executadas algumas acções integradas nas componentes seguintes:

### 7.2 Melhoria da qualidade da informação produzida

#### 7.2.1 Normas de Contabilidade Modernizadas

##### 7.2.1.3 Formação nas IPSAS

###### Situação actual

Existe um TDR para desenho de um Plano de Implementação das IPSAS em STP, entretanto, esta actividade ainda não tem financiamento para sua realização.

###### Perspectivas

Perspectiva-se uma assistência técnica para desenvolvimento do desenho do Plano de Implementação das IPSAS em STP, através do financiamento da Fase 3/Ano3 do Projecto Pro-Palop TL, para os anos 2024.

### *7.2.3 Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014)*

#### **Situação actual**

Foi realizado um Seminário 24-29 de Abril em Congo sobre o tema: Estatística das Finanças Públicas, Operações Financeiras e Outros Fluxos Económicos.

#### **Perspectivas**

Realizar-se-á uma missão de Assistência técnica da AFRITAC para dar continuidade o processo, nomeadamente a passagem das contas de 2021 e 2022 para o formato prescrito pelo MEFP 2014.

### *7.2.6 Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento*

#### *7.2.6.1 Definição do formato da informação.*

#### **Situação actual**

Foram feitas definição e estruturação dos mapas e serão implementados no Relatório de Execução Trimestral de 2º Trimestre do ano 2023.

Igualmente, a UMF deu continuidade à produção de Relatórios de Execução Fiscal, com vista a fazer o acompanhamento da execução das receitas e despesas orçamentais e a avaliação da situação financeira do Estado. Assim, foi elaborado e publicado no site do MPFEA, o Relatório de Execução Fiscal do IV Trimestre de 2022.

## **7.3 Produção atempada de Relatórios**

### *7.3.2 Recuperação do atraso na produção das CGE*

#### **Situação actual**

Continuou-se aos trabalhos de elaboração da CGE de 2021, estando-se na sua fase final (preparação dos anexos).

A CGE 2022 já se encontra na fase inicial da sua elaboração.

#### **Perspectivas:**

Perspectiva-se a entrega da CGE 2021 durante o mês de Setembro e da CGE de 2022, em Dezembro do presente ano.

## PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

Este Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos		
<b>Objectivo estratégico:</b> Escrutínio e auditoria externa efectivos		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade e cobertura da auditoria externa ampliada	conforme previsto
Produto 2	Seguimento das recomendações reforçado	conforme previsto
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	conforme previsto
Produto 4	Reforço da capacidade das OSC	conforme previsto

Des  
de o  
inici  
o do  
PA  
RFI  
P II,  
a  
qua  
se  
total  
idad  
e  
das  
acti

vidades realizadas no quadro deste programa foram executadas de uma maneira atempada

### 8.1 Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

#### 8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

##### 8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

###### Situação actual

No segundo trimestre do corrente ano, os auditores do Tribunal de Contas não beneficiaram de qualquer acção de formação externa, que proporcionaria o reforço das suas capacidades, devido a indisponibilidade financeira. Todavia realizou-se nos dias 20 e 21 de Abril de 2023, em Portugal, a II.ª Edição do Fórum de Finanças Públicas dos PALOP-TL, tendo participado dois auditores e um Magistrado finalistas da Pós graduação em finanças públicas.

Este evento contou também com a presença do Presidente do Tribunal. O mesmo foi também realizado via Zoom, o que possibilitou a participação de mais duas finalistas da referida Pós Graduação.

Neste trimestre, dois Magistrados do Tribunal de Contas de STP realizaram uma visita de estudo ao Tribunal de Contas de Portugal inteiraram das boas práticas realizadas no âmbito de julgamento dos processos jurisdicionais financeiros.

#### **Perspectivas**

Até ao final do ano, o Tribunal de Contas poderá participar nas actividades ou formações proporcionadas pelo IDI (Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI) através do convite do Comité Regional para o reforço das capacidades das Instituições Superiores de Controlo, que depois da pandemia passou a ser ministrado via zoom .

#### **8.1.3.3 Reforço da Comunicação do TC**

##### **Situação actual**

O Tribunal de Contas tem usado os meios digitais (e-mail corporativo e página web) para estabelecer comunicação interna e externa, em que o projecto Pro-PALOP/TL foi o impulsionador para o uso desta tecnologia.

Nos meses Abril /Maio, dois magistrados do Tribunal de Contas de STP participaram na terceira e última sessão do projecto Pro-PALOP/TL (Comité de Pilotagem) e deram testemunho sobre os benefícios deste projecto, tendo sido dito que, a Cooperação Triangular permitiu ao Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe introduzir melhorias nas suas áreas de actuação, nomeadamente, a nível das Auditorias e Verificação Interna de Contas e de emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado,

#### **8.1.4 Produção de colectâneas de legislação e manuais de procedimento**

##### **Situação actual**

Não foi produzida colectânea nem manuais de procedimento, tarefa que ficará a aguardar momento oportuno e disponibilidade financeira para o efeito.

O Tribunal de Contas beneficiou neste trimestre com diversas referências bibliográficas respeitantes as suas áreas de actuação, provenientes do Tribunal homólogo de Portugal.

## **8.2 Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais**

### **8.2.2 Desenvolvimento do sistema de informação - aplicativo para melhorar a tramitação processual**

#### **Situação actual**

Relativamente ao projecto financiado pelo PNUD, através Pro-PALOP–TL ISC, durante segundo trimestre, no desenvolvimento do sistema de informação relativo a tramitação processual foi finalizada pelo consultor as tramitações respeitantes à fiscalização prévia e ainda se encontra na fase de finalização as tramitações da fiscalização sucessiva, relativamente a Verificação interna de Contas e as auditorias, com vista os procedimentos e registos passarem a constar no sistema.

#### **Perspectivas**

No próximo trimestre espera-se a conclusão da tramitação de outros processos da sucessiva e elaboração do manual do utilizador, bem como instrução para sua utilização.

### **8.2.4 Operacionalização do seguimento da implementação das recomendações**

#### **Situação actual**

Para o reforço da sua capacidade operacional, neste trimestre, o TC contratou um técnico a termo resolutivo, e afectou alguns funcionários de outros departamentos, para reforçar a equipa encarregue de elaborar as CGEs.

#### **Perspectivas**

Tribunal de Contas prevê dar continuidade às acções de auditoria previstas no seu plano para 2023.

## **8.3 Cobertura da auditoria aumentada**

### **8.3.4 Parecer sobre as CGEs**

#### **Situação actual**

O Tribunal de Contas, no âmbito das CGE 2018 e 2019, foi chamado para esclarecer aos Deputados sobre as diversas recomendações que devem ter em conta na CGE com vista a melhores práticas na execução da mesma.

Relativamente a Conta geral do Estado do exercício de 2020 encontra-se na fase de elaboração do Relatório Preliminar, na qual será submetido ao contraditório no terceiro Trimestre. Assim, encontram-se, em fase avançada, o estudo e análise da CGE de 2020 e elaboração dos diversos capítulos temáticos que integram o relatório provisório. Nesta fase de estudo e análise, a semelhança das contas anteriores, este tribunal solicitou diversas informações em falta, tendo deparado com algumas informações insuficientes à emissão do parecer.

#### **Perspectivas**

No próximo trimestre será remetido o Relatório Preliminar sobre a CGE 2020 para a análise do relator e o exercício do contraditório e dará entrada no Tribunal de Contas, no mês de Agosto, a Conta Geral do Estado do exercício económico de 2021 e iniciar-se-á a sua análise.

Importa referir da importância que tem em disponibilizar ao TC o acesso ao SAFE-e para em tempo proceder à fiscalização orçamental, conforme previsto nas alíneas a) e b) do artigo 76º da Lei n.º11/2019 de 4 de Novembro, o que aceleraria o processo do Parecer à CGE.

### **8.4 Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada**

#### **8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE**

##### **Situação actual**

Foram elaborados os pareceres técnicos preliminares sobre as CGEs de 2018 e 2019.

##### **Perspectivas**

Perspectiva-se a realização de uma acção de formação e capacitação, sobretudo na análise e elaboração do parecer sobre as Contas Gerais do Estado dos anos 2018 e 2019, o que permitirá à Assembleia Nacional, no 4º trimestre do ano, analisar estas CGEs.

### **8.5 Escrutínio das OSCs funcional**

#### **8.5.1 Reforço das capacidades da Organizações da Sociedade Civil (OSCs)**

##### **Situação actual**

A FONG-STP continuou os trabalhos relativos à 2.ª edição do Índice de Percepção da Governação e da corrupção em São Tomé e Príncipe, estando em curso a elaboração do relatório. Por razões de ordem estratégica trocou-se as acções da fase I com as da fase II, que visará concepção do Observatório das Políticas e da Governação; capacitação dos membros de OSC para recolha e tratamento de dados; realização e divulgação de relatório sobre direitos humanos e governação; reforço da imagem das OSC, campanha de advocacia descentralizada

//

### III. PARFIP II –Execução do Orçamento – T2 de 2023

A informação financeira sobre a execução orçamental do PARFIP II durante o T2-2023 continua sendo um desafio. A informação sobre a execução do orçamento do PARFIP II no 2º trimestre de 2023 continuou sofrendo pela falta de informação recebida pelos parceiros de desenvolvimento e também do Governo, algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Com o relatório financeiro, na continuidade, pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado no MIR, para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação, sobre os financiamentos 2023 pelos parceiros e pelo Governo, não permite de preencher a parte das fontes e da execução orçamental do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Execu- tado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN	Moeda (euros)		STN	Moeda de origem			STN			
I	Fontes												
1	Estado de STP	?		-	0%	389,581	389,581	N/D	0%	28,846,728	28,846,728	N/D	0%
2	União Europeia	?		-	0%	250,000	6,125,000	N/D	0%	400,000	9,800,000	N/D	0%
3	Banco Mundial (AFAP)	?		-	0%	1,500,000	30,450,000	N/D	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
5	Pro-Palop	?		-	0%	117,000	2,375,100	N/D	0%	239,381	5,864,832	N/D	0%
6	PNUD	?		-	0%			N/D	0%	N/D		N/D	0%
	<b>Total Recursos</b>	-	-	-	0%		39,339,681	-	0%		111,922,407	16,386,343	14.6%
						Equ. Euros	1,605,701	-		Equ. Euros	4,568,262	668,830	

*Nota bene:* O valor total das reformas em Dobras é estimativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

Relatório Trimestral das Reformas da Gestão das Finanças Públicas – T2-2023

Usos de fundos 1/2

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
<b>II</b>	<b>Usos</b>												
<b>PO B.</b>	<b>Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas</b>	175,500	4,299,750	-	0%	702,000	17,199,000	N/D	0%	1,154,400	28,282,800	212,496	1%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	112,500	2,756,250		0%	450,000	11,025,000		0%	850,000	20,825,000	212,496	1%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-		0%	-	-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-		0%	-	-	-	0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	60,000	1,470,000		0%	240,000	5,880,000		0%	240,000	5,880,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	3,000	73,500		0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
<b>PO 1.</b>	<b>Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base</b>	31,548	772,914	N/D	0%	126,190	3,091,655	N/D	0%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	21,298	521,789		-100%	85,190	2,087,155		0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	10,250	251,125		-100%	41,000	1,004,500		0%	110,000	2,695,000	-	0%
1.3.	QDMP global	-	-		0%	-	-		0%	133,000	3,258,500	-	0%
<b>PO 2.</b>	<b>Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita</b>	96,750	2,370,375	N/D	0%	387,000	9,481,500	N/D	0%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	17,500	428,750		-100%	70,000	1,715,000		0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	42,500	1,041,250		-100%	170,000	4,165,000		0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	-	-		0%	-	-		0%	420,000	10,290,000	-	0%
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-		0%	-	-		0%	150,000	3,675,000	-	0%
2.5.	Gestão de risco operacional	15,000	367,500		-100%	60,000	1,470,000		0%	270,000	6,615,000	-	0%
2.6.	Auditoria eficaz	21,750	532,875		-100%	87,000	2,131,500		0%	132,000	3,234,000	-	0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-		0%	-	-		0%	163,000	3,993,500	-	0%
<b>PO 3.</b>	<b>Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria</b>	82,370	2,018,065	N/D	0%	329,480	8,072,260	N/D	0%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	58,400	1,430,800		-100%	233,600	5,723,200		0%	590,283	14,461,930	-	0%
3.2.	Tesouraria	23,970	587,265		-100%	95,880	2,349,060		0%	194,810	4,772,845	-	0%
<b>PO 4.</b>	<b>Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-</b>	89,750	2,198,875	N/D	0%	359,000	8,795,500	N/D	0%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	64,000	1,568,000		-100%	256,000	6,272,000		0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	5,750	140,875		-100%	23,000	563,500		0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-		0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

Relatório Trimestral das Reformas da Gestão das Finanças Públicas – T2-2023

Usos de fundos 2/2

FONTES E USOS		2º TRIMESTRE 2023				ANO 2023				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
<b>PO 5.</b>	<b>Optimização da gestão do Investimento Público</b>	67,125	1,644,563	N/D	0%	268,500	6,578,250	N/D	0%	963,200	23,598,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.2.	Qualidade dos projetos de investimento melhorada	19,750	483,875		-100%	79,000	1,935,500		0%	400,000	9,800,000		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
<b>PO 6.</b>	<b>Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)</b>	135,875	3,328,938	N/D	0%	543,500	13,315,750	N/D	0%	1,612,103	39,496,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	40,000	980,000		0%
6.2.	Controlo de despesas salariais eficiente	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	160,000	3,920,000		0%
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	4,500	110,250		-100%	18,000	441,000		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	13,375	327,688		-100%	53,500	1,310,750		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	510,513	12,507,579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	85,000	2,082,500		-100%	340,000	8,330,000		0%	585,000	14,332,500		0%
<b>PO 7.</b>	<b>Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)</b>	38,875	952,438	N/D	0%	155,500	3,809,750	N/D	0%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1.	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	35,550	870,975		0%
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120	-	0%
7.3.	Produção atempada de relatórios	18,125	444,063		-100%	72,500	1,776,250		0%	62,500	1,531,250		0%
<b>PO 8.</b>	<b>Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa</b>	37,500	918,750	N/D	0%	150,000	3,675,000	N/D	0%	982,870	24,080,315	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	20,000	490,000		-100%	80,000	1,960,000		0%	334,918	8,205,491		0%
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	6,250	153,125		-100%	25,000	612,500		0%	235,956	5,780,922		0%
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	45,000	1,102,500		0%
8.4.	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	144,246	3,534,027		0%
8.5.	Escrutínio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		0%
	<b>Total Aplicado no PARFIP II</b>	<b>755,293</b>	<b>18,504,666</b>		<b>-100%</b>	<b>3,021,170</b>	<b>74,016,665</b>	<b>N/D</b>	<b>0%</b>		<b>270,582,338</b>	<b>16,602,696</b>	<b>6%</b>
										(aprox.)	11,044,177	Euros	

## IV. Próximos passos

Neste capítulo estão apresentadas as perspectivas das reformas e as principais recomendações para a maximização do impacto das reformas.

### Perspectivas das Reformas GFP

As acções planeadas para o ano 2023 estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades, em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano.

Como a implementação de várias destas actividades estão atrasadas, enquanto outras implementadas pelo Governo não estão formalizadas, ou as que são financiadas pelos parceiros não sempre tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP, com a sua AT, continuará a implementação dos “**Ganhos Rápidos**” e identificará e ampliará novos, em outras Direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

### Principais Recomendações

A fim de acelerar o ritmo da implementação das reformas e a consecução dos objectivos da ERGFP, prevê-se continuar a executar as recomendações provenientes do Relatório do Trimestre anterior a saber :

1. Continuar os trabalhos visando a criar as condições técnicas para a substituição do sistema electrónico SAFE-e e ao mesmo tempo que se
2. Iniciar os trabalhos de actualização da Lei SAFE
3. Continuar com a execução dos “Ganhos Rápidos” permitindo a implementação de reformas inteligentes, já acordadas com as várias direcções do Governo e as Instituições relacionadas com a GFP;
4. Executar, pela DCP e GARFIP, com o apoio da AT da UE, em Setembro de 2023, duas acções de formação destinada às Câmaras Distritais e à RAP com vista a melhoria da qualidade prestação de contas, trimestral e anual, destas entidades;

5. Elaborar, no quadro das responsabilidades da DT, o processo de melhoria da governança das EPs, os relatórios anuais sobre o desempenho do sector empresarial do Estado.
6. Apoiar a equipa da assessoria jurídica do MPFEA, para agilizar a aprovação do quadro jurídico da GFP que está pendente.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## Notas de Rodapé

- 
- i <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2023/03/02/pr2358-imf-staff-concludes-visit-to-sao-tome-and-principe>
- ii <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2023/03/02/pr2358-imf-staff-concludes-visit-to-sao-tome-and-principe>
- iii <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview#1>
- iv <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTUyOTA%3D>